

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CRISE E MERCADO DE TRABALHO:
O CASO BRASILEIRO COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA O NORDESTE
1981-1983**

*Jorge Jatobá**

Resumo: O autor se propõe a analisar os problemas do mercado de trabalho e do emprego, a partir da perspectiva do Nordeste, situando, todavia, a Região no contexto do desenvolvimento regional do País para que se entenda a conformação estrutural da questão e suas raízes históricas. No entanto, o texto centra sua análise no período 1981-83 do ciclo recessivo recente, uma vez que se processaram ajustes nos mercados de trabalho e no nível de emprego em decorrência das políticas de estabilização e da grande seca que assolou a Região que não foram ainda estudados. O impacto da recessão, induzida pelas políticas de estabilização, bem como da dramática seca do início dos anos 80 sobre a Região e sobre as articulações desta com o sistema regional brasileiro apresentam características que, pela sua índole e pela sua intensidade, sobretudo no que representa em termos de aprofundamento da questão regional, devem merecer a atenção dos estudiosos dos problemas de desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro têm várias dimensões: econômicas, sociais, demográficas e políticas. Muitas dessas dimensões já foram objeto de estudos.^{1**} O Nordeste surge como a região mais problemática pela escala de seus desafios sócio-econômicos, situados numa área geográfica de tamanho considerável (1.663 mil km quadrados)

* Jorge Jatobá é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco.

** Veja-se, por exemplo, a pesquisa desenvolvida pelo PIMES, entre 1976 e 1978, e publicada recentemente, cf. PIMES/UFPE.(24)

na qual reside um contingente populacional de porte (37,2 milhões em 1983), superior ao de muitos países do mundo e particularmente da América Latina.* Uma das dimensões que o problema regional brasileiro assume se refere às diferenças na estruturação espacial dos mercados de trabalho e na questão do emprego.

Este artigo se propõe a analisar os problemas do mercado de trabalho e do emprego, a partir da perspectiva do Nordeste, situando, todavia, a Região no contexto do desenvolvimento regional do País para que se entenda a conformação estrutural da questão e suas raízes históricas. No entanto, o texto centra sua análise no período 1981-83 do ciclo recessivo recente, uma vez que se processaram ajustes nos mercados de trabalho e no nível de emprego em decorrência das políticas de estabilização e da grande seca que assolou a Região que não foram ainda estudados. O impacto da recessão, induzida pelas políticas de estabilização, bem como da dramática seca do início dos anos 80 sobre a Região e sobre as articulações desta com o sistema regional brasileiro apresentam características que, pela sua índole e pela sua intensidade, sobretudo no que representa em termos de aprofundamento da questão regional, devem merecer a atenção dos estudiosos dos problemas de desenvolvimento.

O texto está estruturado em quatro seções. Na Seção II, são apresentadas as origens históricas das desigualdades regionais e uma breve análise do desenvolvimento do Nordeste até 1980. O objetivo desta seção é o de situar a problemática do emprego no seu contexto histórico para que sejam relevadas as suas características estruturais.

Na Seção III, apresenta-se uma análise do desempenho da economia regional do período 1981-83, onde se situa a relação entre redução do nível da atividade econômica e a questão do emprego. Os problemas de ajustamento econômico mais recentes são relevados tendo em vista tanto os mecanismos da difusão inter-regional da crise quanto os decorrentes da grande seca do início da década. Desse modo, estabelece-se de forma global a relação entre crise econômica, seca e mercados de trabalho, sobretudo no nível dos seus impactos sobre o emprego nas atividades econômicas organizadas e sobre a subutilização da força de trabalho regional.

* Os desafios impostos pelo tamanho são geralmente esquecidos na análise dos problemas de desenvolvimento e planejamento. O Nordeste é um caso típico em que muitos problemas são tratados como se a Região não tivesse uma área geográfica superior à da Itália, Espanha e Portugal juntos, e, na América do Sul, inferior apenas à da Argentina; ou uma população que ainda na América do Sul é maior do que a da Argentina e Chile, somadas. Para uma análise dos problemas que o tamanho acarreta para o crescimento econômico, vide KUZNETS. *The Problem of Size In Six lectures on economic growth*. (14)

A Seção IV, o cerne do artigo, dedica-se à análise do comportamento dos mercados de trabalho, destacando-se os ajustes ocorridos tanto na intensidade de absorção da força de trabalho quanto na sua composição, ao longo do período recessivo em consideração. Estuda-se, inicialmente, o comportamento da oferta através da evolução da população economicamente ativa e das taxas de atividade para se entenderem os movimentos de ajuste, pelo lado da disponibilidade da força de trabalho, no curto prazo. Em seguida, avalia-se o desempenho do emprego no setor organizado do mercado de trabalho, atendendo-se para os ajustes ocorridos em resposta à crise econômica. Análise semelhante é dedicada aos setores não-organizados do mercado de trabalho com o objetivo de avaliar o seu papel no processo de ajustamento. A evolução do desemprego aberto urbano também é objeto de análise. A base de dados utilizada é a da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), relativa aos anos de 1981 a 1983.

A Seção final, além de apresentar as conclusões, oferece uma avaliação geral da situação do emprego bem como suas perspectivas em face das possibilidades de um renovado crescimento econômico no contexto das restrições impostas pela negociação da dívida externa e pela política de combate à inflação.

2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL, CRISE E EMPREGO

2.1. ORIGENS HISTÓRICAS

Até o último quartel do século XIX, o sistema regional brasileiro era um arquipélago. Surtos econômicos, geralmente vinculados à base de recursos naturais e às condições de oferta e demanda de produtos primários em mercados mundiais, respondiam pela geração de um excedente, parte reinvestida na própria atividade econômica dominante, parte conduzida para importações. Estes surtos permitiam que as regiões mais próximas se beneficiassem desse processo simples de acumulação. Contudo, tão logo esses ciclos chegavam ao seu fim, as regiões regrediam para o nível de subsistência e as áreas vizinhas deixavam de receber esses impulsos. De forma mais contundente, este foi o caso do surto minerador que chegou aos seus extertores ao fim do século XVIII na região de Minas Gerais. O Nordeste, por sua vez, desenvolveu uma economia escravocrata em torno do açúcar que datava do século XVI mas que, após um lento processo secular de perda de dinamismo, chega ao início do século XIX praticamente estagnada. Nesse ínterim, o centro de gravitação econômica nacional já tinha se deslocado para o Sudeste, auxiliado pelo sur-

to minerador e pela transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.* Ao final do século XVIII, o País deparava-se com duas regiões que, embora tendo perdido seu dinamismo econômico, concentravam a maior parte da população: o litoral nordestino e o interior de Minas Gerais. Contudo, com a decadência da economia mineira houve uma transferência de capitais do interior de Minas para atividades agrícolas — onde se destacam o açúcar, pecuária e posteriormente café — e comerciais na região do Rio de Janeiro, criando as condições para que o Sudeste se transformasse no pólo econômico mais importante do País e se diferenciasse cada vez mais do Nordeste.

A expansão da economia cafeeira, no Sudeste, e particularmente em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, representou um fato marcante na gênese das desigualdades regionais no Brasil, criando as condições para que a economia primário-exportadora localizada naquela região se transformasse posteriormente numa economia urbana-industrial.** A cafeicultura forjou, com o amplo apoio ao Estado, uma infra-estrutura de suporte às atividades produtivas representada por um complexo ferroviário, portuário, energético, comercial e financeiro que, aliado à imigração européia, criaram as condições para a posterior industrialização que consolidou as diferenças com o Nordeste, cuja tendência era a de se caracterizar como uma economia periférica. Por outro lado, os recursos produtivos nacionais e a política estatal voltavam-se para o Sudeste, cujos excedentes eram por sua vez alocados na diversificação da atividade econômica regional — agricultura, indústria e comércio — ampliando o potencial produtivo com relação às demais regiões brasileiras, sobretudo o Nordeste.

A força de trabalho empregada na cafeicultura paulista foi essencialmente assalariada, contrariamente ao que ocorreu nas outras regiões do País. Tal fenômeno permitiu a geração de uma massa crítica de salários que viabilizou pelo lado da demanda uma industrialização incipiente. No Nordeste, por outro lado, o caráter escravocrata da produção de açúcar e o concentrado circuito de renda tiveram um efeito inibidor sobre a atividade econômica.

Uma vez criadas as condições para a concentração industrial no Sudeste, especialmente São Paulo, o processo tornou-se cumulativo e se caracterizou por níveis de produção em escala nacional que conquistou os mercados fora

* Para uma análise da economia do Brasil colonial e do papel exercido pelas diversas regiões, ver Furtado.(5)

** Para uma descrição mais detalhada das origens das desigualdades regionais no Brasil, ver PIMES/UFPE.(24) (v.4, cap. 1, seção 1.1).

da região, uma vez consolidados os locais. A diversificação da atividade produtiva no Sudeste durante a expansão cafeeira, mas sobretudo nos seus períodos de crise, também determinou que essa Região passasse a concorrer com os produtos tradicionais do Nordeste (açúcar, cana e algodão), conformando assim uma estrutura econômica competitiva com essa última.

Com a crescente integração geográfica das regiões brasileiras, através de uma rede de transportes e comunicações, viabiliza-se a unificação dos mercados de bens, serviços e fatores. Por outro lado, com o avanço da industrialização substitutiva de importações, inicialmente impulsionada pelos bloqueios comerciais decorrentes das duas Grandes Guerras e pela recessão internacional dos anos trinta, posteriormente apoiada pelo Estado, consolida-se o processo de diferenciação regional brasileiro, onde o Sudeste assume o papel de comando do processo de acumulação enquanto o Nordeste se destaca como região deprimida.*

2.2. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO PERÍODO 1950-1980

Enquanto o Sudeste consolidava o processo de industrialização, nos anos cinquenta, com a forte presença indutiva do Estado, através, por exemplo, do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, que conduziu o país a uma fase mais madura do seu desenvolvimento industrial, o Nordeste apresentava pouco ou nenhum dinamismo. Essa situação era recorrentemente agravada pela presença de secas como as de 1951-53 e 1958-1959. Ao final dos anos cinquenta o início dos anos sessenta, seguindo-se a uma recomendação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN),** o Estado brasileiro resolve iniciar um programa de desenvolvimento para o Nordeste com o objetivo de reduzir as desigualdades dessa região com o Sudeste e, para tal, cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Inicia-se, assim, um programa de desenvolvimento regional, que, nos seus primórdios, repousa numa política de industrialização à base de generosos incentivos fiscais, financeiros e creditícios.

O Nordeste já então apresentava, como fenômeno crônico, uma substantiva subutilização de mão-de-obra nos centros urbanos onde, apesar de a Região ser um grande emissor líquido de população, abrigava-se um contin-

* Para uma análise da industrialização brasileira, ver BAER(27).

** Este documento foi elaborado a pedido do Presidente Kubitschek para orientar uma ação mais firme e decisiva do Governo Federal com relação ao Nordeste. Contém uma reinterpretação dos problemas regionais, sobretudo a seca, situando-os no contexto do subdesenvolvimento da região. Ver SUDENE(31).

gente de pessoas tanto na condição de desemprego aberto quanto — e esta era a parcela mais significativa — de subemprego. Este contingente localizava-se em estratos de baixa produtividade, caracterizado por precárias condições de trabalho, instabilidade de renda e relações de trabalho não-institucionalizadas.

A partir do anos sessenta, o Nordeste é submetido a uma política de desenvolvimento que procura modernizar e diversificar as suas atividades produtivas num esforço de reduzir as disparidades com o Sudeste e com o intuito, nem sempre muito explícito, de atenuar os níveis de desemprego e subemprego nas suas áreas urbanas.

No período 1960-80, apesar do considerável esforço de acumulação, das relativamente elevadas taxas de crescimento do produto, das mudanças na composição de sua produção interna, sobretudo a industrial, a Região não consegue atenuar os níveis de subutilização de sua força de trabalho.* O crescimento econômico, embora rápido e conquanto tenha levado a importantes resultados em outras dimensões da economia regional, exerceu apenas um papel compensatório evitando um aprofundamento ainda maior do desemprego e do subemprego que continuavam preocupantes pela sua magnitude, presença destacada de formas não-institucionalizadas e precárias de trabalho e, sobretudo, pela sua persistência.**

Tornou-se, assim, evidente a presença de uma forte heterogeneidade estrutural que projeta sobre a força de trabalho a variância de tecnologias, de produtividade e de organização social de trabalho, permitindo a convivência da modernização como formas atrasadas e precárias de inserção na atividade produtiva e no mercado de trabalho.***

* Entre 1960/70, a economia brasileira cresceu à taxa média de 4,55% a.a., sendo que o produto industrial se expandiu à taxa de 7,4% a.a. Por outro lado, entre 1970-74, período que antecede a desaceleração no crescimento da economia brasileira como um todo, o produto interno nordestino cresceu à taxa anual de 12,2%, sendo que o produto industrial, no mesmo período, expandiu-se ao ritmo de 10,9% anuais. A partir de 1975, todavia, a economia nordestina começa a perder dinamismo. Entre 1975/1980, o crescimento do produto regional desacelera-se para 7,9% a.a. enquanto a indústria se expande à taxa de 9,9% a.a. O esforço de acumulação realizado está refletido na taxa de investimento total e do setor público que alcançaram, respectivamente, as médias de 25,1% e 10,8% no período 1965-1980. Ver Souza & Araújo(27) (Tabela II.01, p.30) e MINTER (32).

** No início da década dos setenta o desemprego aberto atingia cerca de 6% da força de trabalho não-agrícola enquanto a subutilização e a sub-remuneração de mão-de-obra alcançava um percentual que variava entre 20% e 30% da PEA não-agrícola.

É verdade que, até os fins da década dos cinquenta, a falta de dinamismo econômico regional poderia responder pelos problemas de subutilização da força de trabalho. Também é inequívoco que na Região sempre existiram áreas mais problemáticas, economicamente frágeis, sujeitas a longos períodos de estagnação. Todavia, com a experiência das últimas duas décadas, a tese da insuficiência de crescimento não resiste a uma análise mais apurada, sendo necessário investigar com mais cuidado os processos econômicos em curso na Região, bem como a natureza de sua articulação com o restante da economia brasileira, particularmente o Sudeste (9:471-77).

A percepção do fenômeno passa necessariamente pelo entendimento da natureza da articulação da Região com o restante da economia brasileira, pela compreensão das transformações em curso no meio rural e pelos efeitos da recente política de industrialização.

No que diz respeito à integração regional, as relações têm-se mostrado muito mais competitivas do que complementares. Do confronto entre uma região economicamente já amadurecida e outra de débil estrutura produtiva, resulta a perda dos mercados extra-regionais dessa última e a captura dos seus próprios mercados pela primeira. (24, 4, 1.2) Este processo conduz não apenas a uma destruição dos empregos locais mas inibe o surgimento de atividades econômicas que pudessem concorrer com as do Sudeste.

Ver Guimarães Neto (9). Por outro lado, a magnitude da inserção da força de trabalho em atividades não-organizadas e não-institucionalizadas alcançou 44,3% da força de trabalho regional em 1970 (pelo critério do confronto entre os Censos Demográfico e Econômico), 40,9% e 31,5%, respectivamente, nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Salvador, em 1980 (pelo critério de renda), e 44,0% na Região Metropolitana do Recife, em 1980 (pelo critério de renda e tamanho dos estabelecimentos). Cf. Aldemir do Vale Souza. Atividades Informais Urbanas in Jatobá (12). Contudo, não é apenas importante a participação desses setores no mercado de trabalho regional mas também a sua persistência. Pelo critério do confronto entre o Censo Demográfico e o Econômico, que tentam medir o grau de organização das unidades de produção, a sua participação situou-se em torno de 44% entre 1950 e 1970. Ver Guilherme Neto (9:468-69).

*** O fenômeno pelo qual uma maior homogeneização na penetração do capitalismo cria uma pluralidade de formas de organização social do trabalho e de inserção da força de trabalho em atividades produtivas, para ser corretamente apreendido, tem de recorrer a algo mais do que a noção de que o capitalismo é dotado de uma criatividade destrutiva. É necessário adotar o conceito mais esclarecedor de que o capital ao se expandir não apenas cria empregos modernos, agindo pelo lado da demanda mas é também capaz de, ao destruir empregos não-modernos, contribuir para o aumento da força de trabalho. Isto é, a acumulação de capital atua pelos dois lados: de um gera demanda, de outro contribui para aumentar a oferta. Ver Gaudimar (7).

Ademais da natureza dessa integração, algumas transformações no meio rural nordestino têm acelerado a expulsão de mão-de-obra do campo, associando-se como fatores causais da migração campo-cidade aos decorrentes da estrutura fundiária e da fragilidade da economia semi-árida em face das secas. O primeiro fator endógeno ao meio rural nordestino ocorre na Zona da Mata e refere-se à crescente proletarianização do trabalhador, sobretudo em atividades como a canavieira, onde o trabalho familiar em pequenas propriedades foi destruído para dar espaço às culturas comerciais como a da cana-de-açúcar.⁽¹⁷⁾ O segundo ocorre na área semi-árida do Agreste onde a pecuária ocupa o espaço das lavouras num balanço claramente desfavorável ao emprego.⁽¹⁸⁾ A terceira diz respeito à modernização gerada pela agro-indústria que retirou a capacidade de gerar valor-agregado e emprego nas próprias unidades rurais.⁽²⁶⁾

A recente industrialização nordestina propiciou um processo de modernização geradora de empregos, embora a um custo relativamente alto e em condições de elevada densidade de capital, e que destruiu outros à medida que, pela concorrência, deslocou bens produzidos localmente em caráter artesanal, semi-artesanal ou em pequenas empresas não-institucionalizadas. Adicionalmente, a capacidade de absorção de mão-de-obra pela nova indústria tornou-se limitada com a utilização de tecnologias modernas, desenvolvidas à revelia da dotação de fatores locais e adotadas como forma de garantir crescente competitividade num mundo onde a concorrência oligopolista via diferenciação de produtos conduz à utilização de processos produtivos pouco intensos no uso direto de trabalho. Assinale-se que, além desses fatores de mercado, conducentes à adoção de uma base técnica densa em capital, a política de industrialização regional gerou estímulos fiscais e financeiros que baratearam o custo do capital relativamente à mão-de-obra.⁽¹²⁾

Devem-se destacar três outras características dessa nova indústria. A primeira foi a de ter sido, sobretudo nos seus primeiros quinze anos, pouco integrada à base local de recursos naturais. A segunda foi a de possuir débeis articulações a nível das relações de insumo-produto que se vinculavam mais ao Sudeste do que à própria Região, através do fornecimento de bens de capital e insumos. Essas duas características também atenuaram a capacidade de geração de emprego dentro da Região à medida que comprometeram, pelo vazamento da renda, a capacidade de internalização da renda e emprego decorrente do esforço de inversão e de crescimento do produto. A terceira é a característica de industrialização tardia que reproduziu o modelo de substituição de importações sem práticas protecionistas por ocorrer dentro das fronteiras de um mesmo país, e que, pelo seu caráter competitivo mais do que complementar, não só inibe o processo de acumulação mas tam-

bém torna a indústria frágil à competição extra-regional e às crises econômicas.(24, 3, cap. 1)

Portanto, as consequências da integração regional, os novos processos econômico-sociais responsáveis pela expulsão de mão-de-obra do campo e o caráter da recente industrialização regional inibiram um maior crescimento do emprego em atividades modernas não-agrícolas ("formais"), mantendo-se a subutilização e a sub-remuneração da força de trabalho como características dominantes dos mercados de trabalho urbanos apesar do considerável esforço de acumulação realizado nas duas últimas décadas.

Em 1980, o ano que precede ao início do atual ciclo recessivo, o Nordeste detinha mercados de trabalho com as características enumeradas acima. A recessão econômica, começada em 1981, veio agravar a problemática do emprego que, se na fase de crescimento econômico já se apresentava crítica, no período recessivo adquiriu traços bem mais profundos. Paralelamente à crise econômica, a Região sofre os efeitos de uma das piores secas de todos os tempos. Por uma dramática coincidência, o período mais crítico da seca se situa de 1981 a 1983, anos em que a crise econômica apresenta a sua face mais cruel.

Entendida a gênese das disparidades regionais entre o Nordeste e o Sudeste, as origens da conformação estrutural de sua economia, a partir da perspectiva do emprego, e os resultados do esforço de desenvolvimento das últimas três décadas, convém, agora, trazer a análise para o período mais recente, objetivo central deste trabalho.

3. O DESEMPENHO DA ECONOMIA REGIONAL NO CICLO RECESSIVO RECENTE: REDUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA, SECA E DESEMPREGO

3.1. ANTECEDENTES

Nos quinze anos que separam 1965 de 1980, o crescimento do produto nordestino situou-se em torno de 9,2% anuais enquanto o coeficiente de inversão comprometeu em média um pouco mais de um quarto do produto, colocando-se acima da média nacional (22%). Enquanto, para esse período, o crescimento regional se dava ao mesmo ritmo da economia brasileira como um todo, na segunda metade da década dos setenta este ocorreu a uma taxa (7,9% a.a.), superior à do País (6,4% a.a.). A taxa de investimento permaneceu em torno de 25%, também superior ao da economia brasileira, deno-

tando o esforço de inversão realizado na Região.* Tanto os coeficientes de inversão quanto às taxas de crescimento do produto evidenciam um acentuado dinamismo econômico que coloca a Região bem acima das suas taxas históricas, anteriores a 1965, e a situa como uma área de acelerado crescimento econômico, quer medido pelos padrões nacionais, quer pelos internacionais.

Por outro lado, o crescimento total da força de trabalho ocorreu na década passada ao ritmo de 2,9% a.a. As atividades não-agrícolas experimentaram uma expansão de 6,3% a.a., evidenciando uma forte pressão da população economicamente ativa sobre os mercados de trabalho urbanos, como reflexo das intensas migrações intra-regionais com destino às cidades.** Por outro lado, a força de trabalho agrícola apresentou uma discreta expansão de 0,3% anuais, evidenciando uma clara tendência à estagnação, fato que se reflete na acelerada perda de importância da força de trabalho agrícola que declinou de 74,1%, em 1950, para 62,5%, em 1970, e para 48,4%, em 1980, com relação ao total da PEA regional.*** Essas mudanças indicam um acelerado crescimento da oferta de força de trabalho urbana que pressionou as atividades não-agrícolas por novos postos de trabalho no setor moderno da economia e, na impossibilidade de este absorver tal expansão, por ocupações ou atividades localizadas nos setores não-organizados e não-institucionalizados. Contudo, a taxa de crescimento das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas na década passada foi bastante elevada, situando-se em 5,5% a.a., apenas um pouco inferior à da PEA não-agrícola. O desempe-

* Esses dados foram extraídos da Tabela II-01 do Relatório de Pesquisa produzido por pesquisadores do PIMES para o MTb. Ver Souza & Araújo (27).

** Entre 1970 e 1980, o crescimento populacional do Nordeste foi de 2,1% a.a., inferior ao do país, sendo que as populações urbana e rural cresceram, respectivamente, às taxas de 4,1% e 0,5% ao ano. Estas duas últimas taxas indicam a importância das migrações intra-regionais na distribuição da população por domicílio enquanto o crescimento global de 2,1% reflete o peso, embora declinante na última década, das migrações com destino extra-regional. A variável de maior impacto no crescimento populacional da Região no período 1970-80 foi a redução da taxa de natalidade, como reflexo da queda na fecundidade (de 7,5 em 60-70 para 6,0 em 70-80). Contudo, parte desse efeito foi anulado pela queda da mortalidade e a emigração. Ver Moreira & Moreira (19).

*** Todavia, a estrutura setorial da renda regional revelava que, em 1980, segundo a SUDENE, o setor agropecuário, embora ocupasse quase metade (48,4%) da força de trabalho, só contribuía com 19% para a formação da renda. Os 81% restantes estavam distribuídos entre o setor industrial (27%) e o de serviços (54%) que, no entanto, absorviam cerca de 51,6% do total da força de trabalho. Tal estruturação revela uma grande disparidade nas produtividades médias do trabalho entre as atividades agrícola e não-agrícola, sendo aquela apenas 20% da última, o que indica a presença de uma representativa heterogeneidade na economia. Ver Souza & Araújo (27), (Tabela II.08, p. 50).

nho foi ainda melhor no que diz respeito aos empregados (com e sem carteira), cuja expansão se deu ao ritmo de 5,9% anuais enquanto os autônomos e empregados cresceram, respectivamente, de 5,0 e 11,3% ao ano. (27: 60, tabela III-2).

Portanto, o crescimento econômico ocorrido na década dos setenta foi suficientemente pujante para propiciar uma expansão da ocupação não-agrícola a um ritmo que não se situou muito abaixo da oferta de força de trabalho. Todavia, o diferencial entre os crescimentos das duas componentes (5,5% e 6,3%) indica que o desemprego aberto não-agrícola, apesar desse considerável esforço de expansão econômica, cresceu durante o período. Por outro lado, convém ressaltar que o crescimento médio de 8,8% entre 1970/75, do emprego na indústria de transformação, constitui um indicador de que foram expandidas as possibilidades de emprego nos setores não-agrícolas modernos embora seu peso na ocupação total seja pequeno. Todavia, há de ressaltar que, apesar desse desempenho em termos de crescimento do produto e do emprego, os dados do Censo de 1980 indicam a presença de uma fonte componente de sub-remuneração entre os ocupados não-agrícolas à medida que, naquele ano, cerca de 46,5% e 72% desse contingente recebia até um e dois salários mínimos mensais, respectivamente.

Por conseguinte, a expansão das ocupações não-agrícolas não se deu apenas nos segmentos modernos mas também nos setores caracterizados pela sub-remuneração. Isto é, releva-se mais uma vez a característica de absorção crescente de mão-de-obra, em consequência do esforço de crescimento, no contexto de um subemprego de razoável magnitude e persistência.*

Em 1980, a economia brasileira apresentava graves dificuldades nos planos externo e interno. No externo, as dificuldades geradas por um processo de acumulação financiado na década dos setenta pelo sistema financeiro internacional privado tendiam a agravar-se à medida que a relação serviços da dívi-

* O Nordeste detém, sobretudo no período 1970-80, as mesmas características observadas para o Brasil, como um todo, e para outros países da América Latina (México, Panamá, Costa Rica, Venezuela, Colômbia e Guatemala) no período 1950-80, quais sejam: (i) considerável esforço de acumulação; (ii) taxas de crescimento do emprego moderno não-agrícola maiores dos que a da PEA; (iii) transferência do subemprego de atividades agrícolas para não-agrícolas; (iv) baixa participação do emprego moderno não-agrícola no emprego total no início do período e (v) acentuada heterogeneidade estrutural. Estes fatores prolongam o tempo histórico necessário para consolidar o processo de absorção da maior parte da PEA nos estratos modernos não-agrícolas. Ver Garcia (6).

da/exportação alcançava níveis críticos. A nova elevação dos preços do petróleo e das taxas de juros internacionais, ocorrida em 1979, e a hesitação das autoridades econômicas brasileiras em proceder mais cedo a uma política de ajuste, conduziram a economia nacional a um sério estrangulamento das contas externas naquela ano.* No plano interno, a inflação toma novo impulso e alcança, pela primeira vez, a marca dos três dígitos.**

Ao final de 1980, o Conselho Monetário Nacional decide implementar uma política de ajuste cujas conseqüências se fariam sentir a partir de 1981. Neste ano, a economia brasileira inicia a recessão mais profunda da sua história moderna, com cortes significativos no nível de produto e emprego. Rompe-se, assim, o precário equilíbrio do mercado de trabalho e o desemprego aberto eleva-se substancialmente nas áreas metropolitanas onde se concentra a maior parte da atividade econômica não-agrícola do país.

A crise inicia-se pelos setores de ponta da indústria, localizados no Sudeste, sobretudo São Paulo, e seu padrão de difusão inter-regional permite que se dissemine, embora com alguma defasagem, para o restante do sistema regional brasileiro***. Nos seus primeiros momentos, a crise atingiu com mais intensidade o Sudeste, particularmente São Paulo, estendendo-se logo em seguida para o Sul e depois para o Nordeste.

A atividade econômica e o mercado de trabalho das regiões que, por concentrarem maior parte da produção e do emprego moderno não-agrícola nacionais, são mais sensíveis às medidas recessivas, recebem, por conseguinte, o primeiro impacto das políticas de estabilização, sobretudo as que contêm o crédito, os gastos públicos e as importações. Posteriormente, e pela via das articulações inter-regionais, a crise se difunde pelo restante do sistema regional, sendo os seus efeitos mais débeis nas áreas onde as atividades modernas não-agrícolas e os respectivos mercados formais de trabalho têm pouco peso. De forma simétrica, supõe-se que na fase de recuperação do ciclo, os impulsos mais significativos no nível de produção e emprego também comecem pelas áreas mais desenvolvidas para depois se disseminarem pelo restante do espaço nacional. Convém indicar, com base nos dados da

* Em 1980, o déficit do balanço de transações correntes foi de 12,5 bilhões de dólares dos quais 50,6% ou US\$ 6,3 bilhões foram comprometidos com o pagamento de juros.

** A taxa de inflação medida pelo IGP (coluna 2 da Conjuntura Econômica) foi de 121% em 1981.

*** Para uma análise do padrão de difusão inter-regional da crise, ver Gomes; Osório & Irmão (8) (cap. II).

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e dos Registros Administrativos de Admissão e Dispensa (Lei 4923/65), a importância relativa de cada macrorregião brasileira no mercado formal de trabalho, qual seja: Sudeste (60%), Sul (19%), Nordeste (14%) e Norte/Centro-Oeste (7%). Dentro do Sudeste, a indústria de transformação, que foi o setor mais fortemente atingido pela crise, participa com 30% enquanto, no Nordeste, sua importância relativa é de 20%. Ocorre que os 30% do Sudeste respondem por mais de 2/3 da produção industrial brasileira total. O setor administração pública, por outro lado, absorve cerca de 30% nas regiões mais atrasadas e menos de 20% nas regiões Sudeste e Sul.

Portanto, não surpreende que a crise, e possivelmente a recuperação, comecem pelo Sudeste/Sul.⁽⁸⁾ Feitas essas considerações, convém relevar, todavia, que 1981 foi um ano de acentuada redução no nível de atividade econômica e de aumento do desemprego tanto para o país como para o Nordeste. Nesta Região, o primeiro ano do ciclo recessivo coincide com a seca que, pelo terceiro ano consecutivo, assolava a região semi-árida.

3.2. O COMPORTAMENTO EM 1981

Na verdade, 1981 praticamente interrompeu no Nordeste vinte anos de sucessivo crescimento no produto interno bruto regional.^{(28)*} Enquanto a economia brasileira apresentava uma redução do seu PIB, relativo a 1980, de ordem de -1,6%, o do Nordeste evidenciava um crescimento de apenas 0,7%. Essa taxa de crescimento reflete que a transmissão inter-regional da crise com relação ao Nordeste não foi muito intensa. Todavia, a quase estagnação econômica impôs um elevado custo social para a Região dada a natureza crônica dos seus problemas e a fragilidade de sua estrutura produtiva.

Em termos setoriais, a agropecuária apresentou, em 1981, uma variação negativa de -6,3%, como reflexo da seca, enquanto o setor industrial, pela primeira vez nos últimos vinte e dois anos, evidenciou uma redução de -12,4% no seu produto, evitando que desempenhasse o papel compensatório, que historicamente sempre exerceu com relação às perdas do setor agropecuário. Por seu turno, o crescimento de 7% no produto do setor serviços foi apenas o suficiente para contrabalançar o declínio na produção dos demais setores. Em consequência da brusca desaceleração no ritmo da atividade econômica,

* Dados revisados para 1981, 1982 e 1983 foram gentilmente cedidos pela Divisão de Contas Regionais da SUDENE.

o nível de emprego declinou ao longo do ano. A SUDENE estima que o total de desempregados abertos na Região tenha alcançado 460 mil, dos quais cerca da metade se localizou nas três principais áreas metropolitanas: Recife, Salvador e Fortaleza (28: 134).

3.3. O COMPORTAMENTO EM 1982

Em 1982, o desempenho da economia brasileira foi um pouco melhor do que no ano anterior, à medida que o PIB real cresceu 0,9% com relação a 1981. De fato, estes dados demonstram que a recessão, embora um pouco amortecida, estendeu-se a 1982. O Nordeste, porém, teve, neste último ano, um desempenho bem superior ao do país como um todo. Apesar do quarto ano consecutivo de seca e das dificuldades enfrentadas em nível nacional, como resultado das políticas de estabilização, a economia do Nordeste, segundo a SUDENE, cresceu 10,9% em relação a 1981, a agropecuária 14,5%, a indústria 5,9% e os serviços 10,9%.⁽²⁹⁾ Apesar desse bom desempenho, com relação ao ano anterior e ao restante da economia brasileira, as taxas de desemprego e de subemprego mantiveram-se elevadas, refletindo um quadro de acentuada e persistente subutilização e sub-remuneração da força de trabalho.* Se, de um lado, a problemática do emprego é pouco sensível ao bom desempenho econômico de um ano isolado, dadas suas características estruturais e sua magnitude, de outro, os efeitos da prolongada estiagem, que acelerou as migrações com destino urbano, bem como os efeitos da retração econômica do ano anterior, contribuíram para que não se alterasse o quadro do desemprego e subemprego regional.(29: 15)

3.4. O COMPORTAMENTO EM 1983

A partir do segundo semestre de 1982, todavia, a situação das contas externas brasileiras assume proporções cada vez mais graves. De fato com a queda das exportações — em decorrência da recessão internacional e do conseqüente protecionismo — com o declínio, em cerca de 50%, dos termos de troca, com a inadimplência mexicana e argentina e com os elevados serviços da dívida, a economia brasileira é conduzida à mais grave asfixia cambial de sua história. Esses fatos terminaram por levar o Brasil, ao final de

* Não é possível a comparação das taxas de desemprego aberto fornecidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da FIBGE entre 1982 e 1981 dado que, a partir de maio de 1982, a PME sofreu alterações no que diz respeito ao período de referência e ao conceito de procura de trabalho, sinônimo de desemprego aberto. A taxa de desemprego aberto é uma relação entre o número de pessoas procurando ativamente trabalho na semana de referência da pesquisa e a população economicamente ativa.

1982, a um maior aprofundamento das políticas de estabilização, agora sob a égide do FMI, cujos dramáticos resultados se fizeram sentir ao longo de 1983. Neste ano, a recessão se aprofunda, sendo generalizada, em termos espaciais e setoriais, os cortes no nível do produto e do emprego. Enquanto o PIB real cai 3,2%, com relação a 1982, a taxa de desemprego em seis das nove áreas metropolitanas do país eleva-se de 5,45%, média do período maio-dezembro de 1982, para 6,70%, no mesmo período do ano seguinte, evidenciando um crescimento de 24,6%.*

O Nordeste, por seu turno, não ficou imune ao aprofundamento da crise. O desempenho da economia regional, em 1983, indicou perdas de produto e emprego em vários setores produtivos, relativamente a 1982, à medida que o produto praticamente estagnou seu crescimento (0,3%). Coincidentemente, 1983 foi o ano em que a seca, iniciada em 1979, atingiu o seu pior momento. A combinação do pico recessivo com o ápice da estiagem causou substancial impacto sobre o tecido social nordestino. Do ponto de vista econômico, as atividades agropecuárias apresentaram as maiores perdas (-24,4%) enquanto o setor industrial, pela segunda vez em 23 anos, evidenciou retração no seu nível de atividade (-1,7%), sobretudo no subsetor manufatureiro (-7,9%). O setor terciário, todavia, teve desempenho favorável (5,9%).(30) Em consequência, a situação do emprego deteriorou-se com relação a 1982. A taxa média de desemprego aberto para as áreas metropolitanas de Salvador e Recife cresceu 11,6%, ao se comparar o período maio/dezembro de 1983 com o de 1982.** A SUDENE estimou que o desemprego aberto em toda a Região atingiu cerca de 500 mil pessoas e assinala que as perdas de postos de trabalho foram mais severas no setor industrial, particularmente no parque têxtil, e na construção civil. (30:151)***

Em suma, se apesar do período de acelerado crescimento econômico regional, como na década passada, a questão da subutilização e da sub-remuneração da força de trabalho caracterizava marcadamente a economia do Nordeste, mais recentemente esta problemática assume uma maior gravidade como consequência, de um lado, da recessão e, de outro, da seca. A primeira crise atinge as atividades econômicas não-agrícolas, enquanto a segunda

* As variações foram calculadas a partir de maio de 1982, pois só a partir desse mês é que se tornou possível a comparação da medida de procura de trabalho dado que o conceito utilizado foi o mesmo.

** Dados obtidos da PME/FIBGE.

*** Esta fonte também estima que o subemprego, entendido como o número de pessoas ocupadas que ganham até um salário mínimo e que trabalham mais de 39 horas por semana, atingiu cerca de 40% da força de trabalho regional.

desestrutura as atividades agropecuárias. Ambos os fenômenos, todavia, têm um considerável impacto sobre os mercados de trabalho urbanos. O estudo dos mecanismos de ajuste que ocorrem nesses mercados em consequência desses fenômenos, formam o conteúdo da seção seguinte.

4. O COMPORTAMENTO DOS MERCADOS DE TRABALHO: MECANISMOS DE AJUSTE PERANTE A SECA E A RECESSÃO

A descontinuidade do processo de desenvolvimento numa região como o Nordeste, cuja estrutura econômica ainda é débil e os problemas sociais crônicos, gerou ajustes no seu desempenho produtivo e mesmo na conformação estrutural de sua economia, que se refletiram nos níveis de absorção da força de trabalho, na composição dos mercados de trabalho e na distribuição de renda. Ao ver interrompido o seu crescimento, a Região empobreceu ainda mais, deteriorando-se, nesse processo, a qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias, e dilapidando-se, pela subutilização, a força de trabalho.

Todavia, os diversos segmentos sócio-econômicos procuram ajustar-se às circunstâncias geradas pela crise, sobretudo se não existirem quaisquer políticas compensatórias. Uma das dimensões desse processo de ajuste ocorre nos mercados e na força de trabalho à medida que seus atores estão condicionados pelo ritmo e natureza da atividade econômica. A seguir, procura-se identificar, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio para os anos de 1981 e 1983, tais mecanismos de ajuste.

A primeira dimensão a ser analisada refere-se à evolução da população economicamente ativa cujos movimentos, no curto prazo, são determinados pelo comportamento das taxas de atividade.*

* Obviamente a tendência histórica de crescimento da PEA é determinada pelo comportamento das variáveis demográficas, tais como fecundidade, mortalidade e migração. O ritmo atual de crescimento da PEA depende dos valores que esses parâmetros demográficos assumiram (cerca de 10-15 anos). Por exemplo, uma queda na fecundidade, mantidos constantes os demais parâmetros, determina um menor ritmo de crescimento da força de trabalho cerca de 15 anos depois. Todavia, esse fenômeno também propicia um maior envelhecimento da população que pode expressar-se num crescimento da PEA superior ao da população total e da população em idade de trabalhar. Por conseguinte, uma queda na taxa de fecundidade é compatível com uma elevação das taxas brutas e refinadas de participação. No curto prazo, quando as variáveis demográficas mudam lentamente, o comportamento da oferta de trabalho depende do movimento de entrada e saída da PEA que se expressa através de variações na taxa refinada de participação.

4.1. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Em 1981, a PEA total do Nordeste foi estimada em 12.669,9 mil pessoas, cerca de 26,7% do total da força de trabalho brasileira, das quais 42,3% localizavam-se nas atividades agrícolas e 57,6% nas atividades não-agrícolas. Em 1983, todavia, esta força de trabalho eleva-se para 13.815,4 mil pessoas, 27% da brasileira, das quais 34,9% situavam-se agora em atividades da agropecuária enquanto os 63,1% restantes estavam alocados em atividades não-agrícolas.* Enquanto a participação da PEA nordestina na brasileira não sofreu alterações significativas no período, é notável a mudança na composição agrícola/não-agrícola.** De fato, a PEA agrícola perdeu 7,4 pontos percentuais na sua importância relativa nesses dois anos, o que evidencia uma acentuada urbanização da força de trabalho nordestina. Esse remanejamento pode ser também apreciado a partir da análise de taxas de crescimento, conforme se observa na Tabela 1 a seguir.

* A PEA agrícola é igual à população ocupada nas atividades agrícolas. Supõe-se que o mercado de trabalho agrícola está em equilíbrio, alocando-se todos os desempregados às atividades não-agrícolas.

** É importante, nesse momento, destacar o seguinte: os dados da PNAD parecem indicar que foram classificados no setor da construção civil, atividade não-agrícola, os trabalhadores que se encontravam empregados nas frentes de trabalho da região semi-árida. Em 1981, o contingente de trabalhadores na construção civil, que não tinham carteira de trabalho assinada atingiu a 698 mil pessoas. Em 1983, esse contingente elevou-se para 1.862,2 mil, um crescimento absoluto de 1.164,0 mil que se expandiu à taxa de 63,6% ao ano. Se atribuirmos todo esse crescimento às frentes de trabalho, fica patente que há uma superestimação da PEA não-agrícola, às custas da PEA agrícola, por uma questão de taxonomia dos ocupados. A composição da PEA não-agrícola/agrícola altera-se se alocarmos o contingente de 1.164,2 mil pessoas em atividades agrícolas. De fato, com essa mudança a PEA não-agrícola diminui sua participação de 65,1% para 56,6%, enquanto a PEA agrícola eleva a sua de 34,9% para 43,4%, aproximadamente a mesma de 1981. Há, contudo, dois complicadores: primeiro, nem todos os empregados da construção civil sem carteira de trabalho assinada deviam estar empregados nas frentes de trabalho. Em segundo lugar, a participação da força de trabalho agrícola na PEA total foi de 48,4% em 1980, valor bem superior aos 42,3% encontrados em 1981. Como este último já se constituía o terceiro ano de seca e as frentes de trabalho já mobilizavam um razoável contingente de ocupados, é possível que a subestimação da PEA agrícola já esteja presente nos dados na PNAD de 1981, pelas mesmas razões de natureza taxonômica. Convém, portanto, relevar esse fato na análise que se segue.

TABELA 1
Taxas de Crescimento Anual (em %) dos Principais Componentes
da Força de Trabalho
1983/1981

Especificação	Área	Nordeste	Resto do País	Brasil
PEA Total		4,42	3,26	3,57
PEA Não-agrícola		10,94	3,56	5,18
PEA Agrícola (= População Ocupada)		-5,17	2,22	-0,70
População Ocupada em Ati- vidades Não-agrícolas		11,08	3,08	4,84
Desemprego Não-agrícola		8,81	11,08	10,59

FONTE DOS DADOS: PNAD/FIBGE, 1983 e 1981.

De fato, o crescimento da força de trabalho nordestina foi muito superior (4,42% a.a.) à do resto do país (3,26% a.a.) e à do Brasil (3,57%) como um todo durante o período 1981-83. Ademais, essa expansão da PEA foi superior à observada na década passada (2,9%) pela Região, significando que se intensificou a oferta de força de trabalho durante a crise, contrariamente ao que aconteceu no País como um todo, cuja taxa foi ligeiramente inferior à observada no período 1970-80.

O comportamento das taxas refinadas de atividade evidencia claramente um aumento significativo da fração da população de 10 anos e mais que se encontra engajada no mercado de trabalho, quer na condição de ocupada ou desempregada.*

* É possível que a taxa de atividade esteja superestimada pelo fato de as frentes de trabalho ocuparem pessoas, como mulheres e menores, que normalmente seriam classificados como fora da força de trabalho.

A Tabela 2 mostra que a taxa de atividade se elevou substancialmente entre 1980 e 1981 (+ 10,4%) e entre este último ano e 1983 (+ 4,6%), variações bem mais significativas do que as apresentadas pelo resto do país e pelo Brasil, como um todo, cujas taxas de participação cresceram, respectivamente, de 2,6% e 2,0% no período 1981-83.

Este acentuado movimento de curto prazo nas taxas de participação é atípico, à medida que mudanças dessa natureza ocorrerem mais lentamente e em períodos de tempo mais extensos. Este fenômeno, associado às rápidas alterações na composição agrícola e não-agrícola da força de trabalho, assinala que a análise deve-se centrar daqui por diante no crescimento desses componentes.

A taxa de crescimento da força de trabalho não-agrícola alcançou, entre 1983 e 1981, o surpreendente percentual anual de quase 11% (ver Tabela 1), ritmo três vezes superior ao do resto do país, duas vezes mais rápido que o do Brasil como um todo e quase duas vezes mais intenso do que o observado para a Região na década passada (6,3% a.a.).* Paralelamente, a força de trabalho agrícola caiu, no mesmo período, à taxa anual de 5,17%, enquanto para o resto do país este segmento cresceu ao ritmo de 2,22% anuais.** Para o país como um todo e em decorrência do peso exercido pela Região, a variação média anual para a PEA agrícola situou-se em -0,7%. Cabe destacar que, na década passada, a PEA agrícola tinha-se expandido apenas ao ritmo de +0,3%, representando uma quase estagnação no crescimento das pessoas engajadas em atividades agrícolas.

* A taxa de crescimento da PEA não-agrícola pode estar superestimada em decorrência do critério de classificação das pessoas ocupadas nas frentes de trabalho que, suspeita-se, foram classificadas nas atividades não-agrícolas da construção civil, embora fossem pessoas que normalmente exercessem sua atividade na agropecuária. Se descontarmos da PEA não-agrícola, relativa a 1983, esse contingente, a taxa de crescimento da PEA não-agrícola cai de 10,94% a.a. para 3,51% ao ano.

** Pelas mesmas razões esta queda pode estar superestimada. De fato, ao incluir o contingente de pessoas empregadas na construção civil (ou frentes de emergência) na PEA agrícola, onde normalmente elas estariam engajadas, a taxa de crescimento da PEA agrícola altera-se de -5,17% para +5,65% ao ano. Como no caso anterior, é impossível se ter uma idéia precisa da superestimação. Obviamente, dadas as tendências históricas agravadas pela seca, a PEA agrícola não deve ter crescido à taxa de 5,65%.

Os dados revelam, por conseguinte, um acelerado processo de urbanização da força de trabalho ou, visto pelo outro lado, de desruralização. Tal fenômeno é obviamente um resultado atribuível, em grande parte, à migração rural-urbana motivada pela seca que, desde 1979, atingiu a Região, ressalvadas as possíveis superestimativas já apontadas em decorrência do critério de classificação das pessoas ocupadas nas frentes de emergência.

Contudo, a mobilidade rural-urbana não explica, por si só, a elevada taxa de expansão da PEA total bem como o crescimento relativamente rápido da taxa de participação. Dois fenômenos ocorrem ao mesmo tempo embora não necessariamente de forma independente: um rápido crescimento da PEA total no curto prazo, que se explicita pelo crescimento da taxa de participação e uma acelerada transferência da força de trabalho de atividades agrícolas para não-agrícolas. Este último fenômeno encontra, em boa parte, sua explicação na seca que acelerou um processo histórico de expulsão de mão-de-obra do campo e/ou na classificação dos ocupados nas frentes de trabalho. O outro fenômeno, todavia, está a exigir outras explicações. A primeira, poderia vincular-se ao fato de a migração rural-urbana induzir, por estratégia de sobrevivência, maior inserção dos membros de família migrantes nos mercados de trabalho não-agrícolas do que na situação prévia à migração. Neste sentido, uma maior taxa de Participação seria consequência da transferência do domicílio rural para o urbano, tornando os fenômenos de urbanização e crescimento da força de trabalho claramente associados.* A segunda explicação reside no fato de a crise econômica, por si só, ter conduzido as famílias urbanas a uma maior participação no mercado de trabalho como forma de compensar as perdas de renda real geradas pela inflação, pelo desemprego de membros da família que estavam engajados no setor moderno não-agrícola ou pela maior competitividade nos setores não-organizados e não-estruturados do mercado de trabalho. Tal fenômeno é de esperar que ocorra com mais frequência em regiões menos desenvolvidas que detêm consideráveis contingentes da força de trabalho em estratos não-modernos e de baixa renda. Os dados da Tabela 2 sugerem que esse fenômeno ocorreu em todo o Brasil, porém foi mais intenso no Nordeste (+ 4,6%) do que no resto do país (+ 2,0%).

* Convém lembrar o possível efeito que a participação de mulheres, menores e idosos nas frentes de emergência possa ter tido no aumento das taxas de participação.

TABELA 2
Taxas Refinadas de Participação da Força de Trabalho
1980-83
(Em %)

Ano	Área		
	Nordeste	Resto do País	Brasil
1980	45,80	50,56	49,23
1981	50,56	54,50	53,40
1983	52,90	56,50	54,80

FONTE: Censo Demográfico, 1980 e PNAD's, 1981 e 1983; FIBGE.

Como consequência do rápido crescimento da força de trabalho e de sua urbanização, acumulou-se uma formidável pressão sobre os mercados de trabalho urbanos. Convém analisar agora qual foi o desempenho desses mercados, em termos de absorção, em face do forte ritmo de crescimento da PEA.

A Tabela 1 indica que o crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas foi ligeiramente inferior ao da PEA, indicando uma notável capacidade de absorção de mão-de-obra, sobretudo quando comparada com as taxas observadas para o resto do país (3,08% a.a.) e para o Brasil como um todo (4,84% a.a.), esta obviamente influenciada pelo desempenho do Nordeste. Resta inquirir em que segmentos do mercado de trabalho e em que setores da atividade econômica ocorreu esta absorção, análise que será desenvolvida nas subseções seguintes.

4.2. A EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO TOTAL

O número total de pessoas ocupadas no Nordeste cresceu 4,26% a.a. entre 1981 e 1983, ritmo superior ao do resto do País (2,87% a.a.) e ao do Brasil como um todo (3,25% a.a.). Já foi observado que esse crescimento

ocorreu nas ocupações não-agrícolas à taxa de 11,08% a.a. e às expensas da ocupação agrícola(5,71% a.a.).* Convém examinar esse crescimento a partir de dois cortes analíticos. O primeiro é de natureza setorial (ver Tabela 3) e o segundo por posição na ocupação (ver Tabela 4).

A Tabela 3, contudo, não é muito útil a não ser para apontar que, à exceção das ocupações agrícolas e de dois setores do terciário, a expansão do número de pessoas ocupadas ocorreu a um ritmo bastante satisfatório. A Tabela 3, todavia, não indica em que mercados de trabalho ocorreu essa expansão. A Tabela 4 é, neste sentido, mais útil, pois sugere que essas ocupações se expandiram nos mercados caracterizados pela ausência de contrato individual de trabalho (sem carteira assinada), de remuneração e pelo auto-emprego, enquanto aqueles inseridos nos setores não-agrícolas modernos, onde as relações de assalariamento e de contrato de trabalho são definidas, evidenciaram, em nível das empresas, perdas absolutas, embora não muito expressivas. A Tabela 4 evidencia também que a contribuição dos empregados sem carteira, da construção civil, para o crescimento das ocupações não-agrícolas foi da ordem de 72,5%, fato que resulta da expressiva expansão desse segmento (+ 63,34% a.a.).

O Setor Administração Pública merece um destaque à parte. Em primeiro lugar, os empregados da administração pública com carteira de trabalho assinada expandiram-se no Nordeste (+ 1,68% a.a.) e retraíram-se no resto do país (— 6,76% a.a.), determinando, por seu peso neste último, o comportamento do Brasil como um todo (— 4,28% a.a.). Em segundo lugar, os sem-carteira, que são absorvidos como estatutários, sobretudo em nível dos estados e municípios, e com rendimentos médios bem abaixo dos que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apresentaram taxas de expansão significativamente elevadas tanto no Nordeste (+ 11,68% ao ano) quanto no resto do país (+ 14,11% a.a.).** Por conseguinte, com a criação de cerca de 170 mil empregos no Nordeste e de 780 mil no resto do país (sem CTA), o setor público contribuiu para absorver 10 e 40% dos

* Recorde-se que tais resultados podem estar fortemente influenciados pela possibilidade de a FIBGE/PNAD ter classificado como atividade não-agrícola localizada na construção civil os trabalhadores engajados nas frentes de emergência.

** Supõe-se que este expressivo crescimento do emprego de baixo custo na administração pública estadual e municipal deve-se às eleições de 1982 que renovaram a Câmara, 2/3 do Senado e, pela primeira vez, desde 1964, elegeu pelo voto direto os governadores de Estado. O Estado exerceu, assim, as funções de “pai-patrão”.

respectivos incrementos da PEA Não-agrícola no período 1981-1983.* Houve, portanto, uma importante política implícita de emprego por parte do Setor Público no período, e tal fato deve ser considerado como um dos mecanismos de ajuste ou de atenuação da crise de emprego tanto no Nordeste quanto no resto do país.

Uma vez identificadas as tendências e as características da ocupação total, sobretudo a não-agrícola, convém investigar o desempenho dos mercados de trabalho com mais detalhe. As duas subseções seguintes analisam o comportamento do setor organizado ou formal do mercado de trabalho bem como o dos setores não-organizados e não-institucionalizados.

4.3. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR ORGANIZADO

A crise econômica atingiu mais diretamente as atividades econômicas organizadas uma vez que estas são mais sensíveis aos instrumentos convencionais da política macroeconômica de curto prazo, destinadas a equilibrar as contas externas e debelar a inflação.

Na Seção III, indicou-se como as políticas de estabilização comprometeram o crescimento do produto e do emprego regionais no período em estudo. Convém agora examinar mais de perto os efeitos da crise econômica sobre o emprego organizado. Este é entendido como o emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, no qual a relação de assalariamento é contratual, sendo instrumento desse contrato a carteira de trabalho. Os dados da PNAD destacam a evolução do número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, no período 1981-83, e essas informações serão consideradas como uma aproximação razoável da tendência do mercado formal de trabalho.** As informações constam da Tabela 5.

Antes de aprofundar a análise com base nos dados da Tabela 5, convém destacar que no Nordeste, em 1981, apenas 36,24% dos ocupados não-agrícolas tinham carteira de trabalho assinada. Para o resto do país,

* Ao se deduzir da PEA não-agrícola do Nordeste o contingente de 1.164,2 pessoas sem carteira de trabalho na construção civil e que se supõe estavam engajados, em boa parte, nas frentes de emergência, a contribuição do emprego sem carteira da administração pública para a absorção da PEA eleva-se de 10% para 32,5%.

** Estudo realizado por Sabóia e Tolipan, comparando os dados da RAIS com os da PNAD, evidencia que estes últimos, coletados a partir de pesquisa domiciliar, são bem próximos aos dos primeiros onde a unidade de coleta é o estabelecimento. Ver Sabóia & Tolipan (25).

TABELA 3
BRASIL E REGIÕES
 Evolução da Ocupação Total
 1981/1983

Regiões e Anos	Ocupação (Em Milhares)						Variação Relativa Anual, 1983/81 (Em %)		
	Nordeste		Resto do País		Brasil		Nordeste	Resto do País	Brasil
	81	83	81	83	81	83			
Setores									
Ocupação Total	12.230,6	13.295,6	33.234,7	35.170,8	45.465,3	48.466,4	4,26	2,87	3,25
Ocupação Agrícola	5.366,7	4.826,3	7.933,1	8.288,8	13.299,8	13.115,1	-5,17	2,22	-0,70
Ocupação Não-agrícola	6.863,9	8.469,3	25.301,6	26.882,0	32.165,5	35.351,3	11,08	3,08	4,84
Indústria de Transformação	1.027,5	1.087,9	5.783,1	5.686,9	6.810,6	6.774,8	2,90	-0,84	-0,26
Indústria Construção	1.223,5	2.296,9	2.440,3	2.330,8	3.663,8	4.627,7	37,00	-2,27	12,40
Outras Atividades Industriais	204,5	265,5	546,8	624,3	751,3	889,8	13,94	6,85	8,83
Com. de Mercadorias	1.087,0	1.235,8	3.601,2	3.876,4	4.688,2	5.112,2	6,62	3,75	4,42
Prestação de Serviços	1.468,5	1.580,6	5.488,1	6.312,3	6.956,6	7.892,9	3,75	7,25	6,52
Serviço Aux. AT. ECO.	170,4	153,6	1.027,4	1.067,2	1.197,8	1.220,8	-5,06	1,92	0,96
Transporte e Comunicação	340,9	333,8	1.427,1	1.443,9	1.768,0	1.777,7	-1,05	0,59	0,27
Social	759,7	861,8	2.512,7	2.745,8	3.272,4	3.607,6	6,51	4,54	5,00
Administração Pública	399,4	447,9	1.434,6	1.562,6	1.834,0	2.010,5	5,90	4,37	4,70
Outras Atividades	182,7	205,1	1.040,1	1.232,2	1.222,8	1.437,3	5,95	8,84	8,42

FONTE: FIBGE/PNAD, 1981 e 1983.

TABELA 4
BRASIL E REGIÕES
Variação Absoluta e Relativa da PEA e Ocupação Não-agrícola

Variações e Regiões Especificação	Variações Absolutas (Em 1.000)			Variação Média Anual (Em %)		
	Nordeste	Resto do País	Brasil	Nordeste	Resto do País	Brasil
PEA Não-agrícola	1.685,9	1.951,0	3.636,9	10,94	3,56	5,18
Ocupação Não-agrícola	1.605,1	1.580,7	3.185,8	11,08	3,08	4,84
Emp. C/CTA	-19,08	-194,9	-214,7	-0,40	-0,71	-0,66
Empresas	-27,6	-107,1	-134,7	-0,61	-0,41	-0,44
Administração Pública	7,8	-87,8	-80,0	1,68	-6,26	-4,28
Emp. S/CTA	1.375,3	1.053,2	2.428,5	26,24	8,85	14,15
C. Civil	1.164,2	58,8	2.223,0	63,34	5,53	41,63
Administração Pública	41,5	214,7	256,2	11,68	14,11	13,65
Resto	169,6	779,7	949,3	5,68	8,37	7,72
Empregador	3,3	105,6	108,9	1,53	5,89	5,42
Conta Própria	172,9	561,6	734,5	4,71	6,10	5,70
Não-remunerados	73,5	55,2	128,7	21,11	6,12	10,29
Desemprego Não-agrícola	80,8	370,3	451,1	8,81	11,08	10,59

FONTE: FIBGE/PNAD, 81 e 83.

todavia, este percentual era da ordem de 54,64% no mesmo ano.* Por conseguinte, o peso do emprego moderno não-agrícola no Nordeste é pequeno e menor do que no resto do país. Em 1983, esses percentuais declinam para 29,1% e para 50,7%, respectivamente, indicando uma diminuição do setor organizado do mercado de trabalho.

As informações constantes da Tabela 5 indicam que o número de pessoas com carteira de trabalho assinada tanto nas atividades agrícolas quanto não-agrícolas declinou à taxa geométrica de 2,05%, entre 1981 e 1983, com descenso relativo maior do que no resto do país (– 0,78% a.a.). Ao se separarem os trabalhadores com carteira assinada segundo as atividades agrícolas e não-agrícolas, observa-se que as perdas absoluta e relativa foram substancialmente maiores entre os primeiros. De fato, o número de trabalhadores agrícolas com carteira reduziu-se em 89,9 mil, o equivalente a uma taxa média anual de –26,43%, muito superior à do resto do país (–3,13% ao ano), sendo determinante, pelo seu peso, do comportamento da taxa para o Brasil como um todo (– 9,49%). Ademais, como os ocupados não-agrícolas com carteira assinada declinaram no Nordeste ao ritmo de apenas –0,40% a.a., fica patente que a taxa de 2,05% a.a. apresentada para o total dos ocupados com carteira assinada foi determinada, sobremaneira, pelo comportamento dos ocupados agrícolas que tinham vínculos empregatícios definidos. Supõe-se que tal fenômeno deve-se à seca, dado que foi intenso apenas no Nordeste, onde respondeu por 76% do declínio observado para todo o país.

No que diz respeito às ocupações assalariadas não-agrícolas, deve-se assinalar as taxas apresentadas pela indústria de transformação** (–3,1% ao ano), pela indústria da construção civil (– 10,56% ao ano), pelos Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas (7,89% a.a.) e pelo setor Transporte e Comunicações (–0,51% a.a.). O crescimento dos ocupados com carteira nos demais setores não-agrícolas desempenhou um papel compensatório de tal forma que, no geral, as atividades não-agrícolas só perderam cerca de 20 mil empregados.

O número de empregados com carteira na indústria de transformação nordestina, todavia, foi reduzido entre 1981 e 1983 em cerca de 30 mil trabalhadores. Em termos relativos, este fato representou um declínio ao ritmo

* Essas participações foram obtidas com base nos dados absolutos apresentados nas Tabelas 3 e 5.

** Ver Tabela 5.

TABELA 5
BRASIL E REGIÕES
Evolução dos Empregados com Carteira de Trabalho Assinada (CTA)
1981/1983

Regiões e Anos	Empregados com CTA (Em Milhares)						Taxa de Variação Anual, 1983/81 (Em %)		
	Nordeste		Resto do País		Brasil		Nordeste	Resto do País	Brasil
	81	83	81	83	81	83			
Setores									
Total	2.681,9	2.573,2	14.278,4	14.055,6	16.960,3	16.628,8	- 2,05	-0,78	-0,98
Agrícola	193,8	104,9	452,4	424,5	646,2	529,4	-26,43	-3,13	-9,49
Não-agrícola	2.488,1	2.468,3	13.826,0	13.631,1	16.314,1	16.099,4	- 0,40	-0,71	-0,66
Indústria de Transformação	489,9	460,0	4.660,9	4.473,7	5.150,8	4.933,7	- 3,10	-2,03	-2,13
Indústria Construção	317,5	254,0	1.168,9	965,4	1.486,4	1.219,4	-10,56	-9,12	-9,43
Outras Atividades Industriais	128,8	134,3	456,3	467,9	585,1	602,2	2,11	1,26	1,45
Com. de Mercadorias	289,0	302,3	1.704,7	1.804,8	1.993,7	2.107,1	2,28	2,89	2,80
Prestação de Serviços	189,2	196,0	1.381,8	1.465,4	1.571,0	1.661,4	1,78	2,98	2,84
Serviço Aux. AT. ECO.	91,7	77,8	564,0	522,4	655,7	600,2	- 7,89	-3,76	-4,33
Transporte e Comércio	148,1	146,6	892,1	877,5	1.040,2	1.024,1	- 0,51	-0,82	-0,78
Social	484,7	528,2	1.454,6	1.439,9	1.939,3	1.968,1	4,39	-0,51	0,74
Administração Pública	230,7	238,5	724,0	636,2	954,7	874,7	1,68	-6,26	-4,28
Outras Atividades	118,5	130,6	818,7	977,9	937,2	1.108,5	4,98	9,29	8,76

FONTE: FIBGE/PNAD, 1981 e 1983.

anual de 3,1%, superior ao do resto do país.* Como na Tabela 3, a ocupação total no setor cresceu à taxa de 2,9% a.a., infere-se que tal expansão só ocorreu nos mercados de trabalhos periféricos à moderna economia de mercado, indicando uma reincidência de formas artesanais e informais de produção manufatureira.

A indústria da construção civil, por sua vez, apresentou a queda mais acelerada no número de empregados com carteira tanto no Nordeste (– 10,56% a.a.) quanto no resto do país (– 9,12% a.a.), confirmando o fato já conhecido e fundamentado em dados coletados em nível dos estabelecimentos de que, juntamente com a indústria de transformação, foi um dos setores modernos mais penalizados pela recessão. Os dados da Tabela 5 evidenciam que, de uma redução de 267 mil trabalhadores com carteira neste setor, cerca de 63,5 mil, ou 23,8%, ocorreram no Nordeste.

Os setores de Serviços Auxiliares e Transporte e Comunicações também tiveram, sobretudo o primeiro, reduções no número de empregados com carteira. Esta tendência já identificada nos dados constantes da Tabela 3 indica que a retração no número de ocupados nessas atividades, situadas em sua maioria nos segmentos modernos do terciário, ocorreu basicamente no mercado formal de trabalho, tendo sido, ademais, um fenômeno que se estendeu ao país como um todo.

Portanto, os dados indicam, para o Nordeste, uma retração: (i) no tamanho do setor organizado do mercado de trabalho, sobretudo na indústria de transformação; (ii) em alguns setores do terciário moderno e (iii) nos segmentos mais avançados da indústria da construção civil. Outros setores do terciário tais como Atividades Sociais, Outras Atividades e, em menor escala, a Administração Pública, tiveram um papel compensatório no que diz respeito a esse segmento do mercado de trabalho, evitando assim, um maior aprofundamento dos cortes no nível de emprego. Assinale-se que, no Nordeste, a perda de “empregos formais” só ocorreu no setor de empresas (– 0,61% a.a.), conforme se observa na Tabela 4. Contrariamente ao que aconteceu no resto do país onde a perda de empregos na administração pública reforçou, ao ritmo de – 6,26% a.a., a tendência de perda nas Empresas, no Nordeste, o crescimento do número de empregados nesse setor, à taxa de 1,68% a.a., suavizou a queda observada no grupo dos empregados não-agrícolas com carteira como um todo (– 0,40% a.a.).

* No Brasil como um todo o declínio foi de 217,1 mil trabalhadores, tendo o Nordeste contribuído com 13,8% da redução global.

Esta retração no tamanho do setor organizado se deu obviamente às custas da expansão nos setores não-organizados uma vez que a taxa de crescimento da ocupação total não-agrícola ocorreu ao ritmo de 11,08% ao ano. Na subseção seguinte examina-se o comportamento desses setores durante o período com o objetivo de relevar os seus mecanismos de ajuste perante a crise.

4.4. A DINÂMICA DOS SETORES NÃO-ORGANIZADOS

A análise do comportamento desses setores exigiria, rigorosamente, uma estrutura teórica da qual se pudesse extrair uma taxonomia que permitisse a medida do número de pessoas engajadas nesses segmentos do mercado de trabalho. Contudo, a Teoria do Emprego resente-se da ausência de um paradigma dessa natureza e isso se reflete sobre a base de dados que não fornece uma medida do tamanho do setor nem dos seus segmentos que possa ser apoiada em uma análise teórica. Contrariamente ao que ocorre no segmento formal do mercado de trabalho, para o qual foram elaboradas teorias de origem neoclássica e pós-keynesiana (16, 3, 15, 1) que tentam explicar a determinação do nível de emprego e salário, inexistem nos setores não-organizados e não-institucionalizados um campo de conhecimento bem definido que, apreendendo a pluralidade e a racionalidade dos seus segmentos, ofereça um semelhante respaldo teórico.*

Para efeito dessa seção pretende-se avaliar a evolução de alguns segmentos do mercado de trabalho que, pela ausência de vínculo empregatício, de remuneração e pelo caráter de auto-emprego constituem uma aproximação do comportamento dos setores periféricos ao mercado formal onde a venda de trabalho ocorre sob condições contratuais e mediante remuneração

* Existe, contudo, uma ampla literatura sobre o tema que tenta explicar as relações de complementaridade, subordinação ou competitividade entre os segmentos formal e não-organizado bem como o conjunto de investigações empíricas que tentam apreender o tamanho, as características e a dinâmica desses setores. Os setores não-organizados e não-institucionalizados têm sido cunhados na literatura como "setor informal", um termo que foi primeiramente usado por Keith Hart no trabalho "Informal Incomes Opportunities and Urban Employment in Ghana", apresentado na Universidade de Sussex em 1971. Contudo, foi após o estudo clássico da OIT sobre Kenya que os estudos e investigações ganharam impulso. Ver International Labour Office. (11) O leitor pode encontrar uma avaliação crítica desse conceito e das suas diversas correntes interpretativas nos seguintes trabalhos: Tokman (33) p. 103-41 e Cunha (4).

em salário.* Neste sentido, as Tabelas 6 e 7 apresentam a evolução dos ocupados segundo as categorias: empregados sem carteira, conta-própria e não-remunerados. Para evitar distorções na categoria empregados sem carteira, foram retirados do total desse contingente, os ocupados na administração pública e na construção civil. Estes últimos porque se suspeita que parte do contingente ocupado nas frentes de emergência tenha sido classificada como empregados sem carteira da construção civil, superestimando, por conseguinte, o total de pessoas engajadas nos setores não-organizados das atividades não-agrícolas. Aqueles, porque os empregados sem carteira da administração pública não estão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sim por estatutos próprios, não se caracterizando tais empregos como pertencentes aos setores periféricos ao mercado formal de trabalho.

Observa-se na Tabela 6 que a participação do total desses segmentos na ocupação não-agrícola (corrigida para evitar as distorções acima) é bem maior no Nordeste do que no resto do país. Como já foi visto na seção III, esta é uma característica estrutural do mercado de trabalho nordestino que se vê ampliada pelas contingências da crise à medida que seu peso relativo na ocupação não-agrícola corrigida, se eleva de 56,7% em 1981 para quase 60% em 1983.** Tal fenômeno se expressa também na expansão do total desse contingente ao ritmo anual de 5,77%, ou seja, um acréscimo absoluto da ordem de 416 mil pessoas entre os dois anos que separam 1983 de 1981.

Todavia, se a magnitude desses segmentos no Nordeste é ponderável e se viu acrescida ainda mais no período recessivo recente, no resto do do País o seu crescimento foi ainda mais acentuado (6,94% a.a.) do que na

* Evitar-se-á o uso do termo setor informal que é muito amplo para cobrir uma gama muito diferenciada de formas de organização social do trabalho. Aos segmentos que estão fora do setor moderno (formal) não-agrícola, o texto usará as denominações: não-organizados, semi-estruturados ou não-institucionalizados. Como uma aproximação do número de pessoas engajadas nesses segmentos, extraíram-se da PNAD as seguintes categorias: membros não-remunerados da família, empregados sem carteira de trabalho assinada e os conta-própria. Esta é apenas uma aproximação pois, de um lado, nem todos os autônomos estão nos setores não-organizados de baixa renda e, por outro, os pequenos negócios não-institucionalizados, que constituem um segmento importante do conjunto, não estão contemplados pois a base de dados disponível da PNAD não permitia a segmentação dos empregadores por tamanho. Como aproximação, todavia, a magnitude e as tendências desses segmentos constituem uma medida razoável da evolução desses setores.

** Excluindo-se apenas os empregados sem carteira da administração pública e considerando-se o total da ocupação não-agrícola, o peso desses setores eleva-se no Nordeste para 59,7% em 1981 e para 67,1% em 1983.

TABELA 6
BRASIL E REGIÕES
 Evolução dos Ocupados em Setores Não-Organizados
 1981-1983 – Em Cr\$ 1.000

Regiões e Anos	Nordeste		Resto do País		Brasil	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
Especificação						
Empregado s/ CTA (exceto Construção Civil e Administração Pública)	1.450,6	1.620,2	4.472,0	5.251,7	5.922,6	6.871,9
Conta Própria	1.794,8	1.967,7	4.467,5	5.029,1	6.262,3	6.996,8
Não-remunerados	157,5	231,0	437,3	429,5	594,8	723,5
TOTAL	3.402,9	3.818,9	9.376,8	10.773,3	12.779,7	14.592,2
Participação(em %) do Total sobre a Ocupação Não-agrícola (Exceto Construção Civil e Administração Pública s/ Carteira)	56,7	59,7	38,9	42,5	42,4	45,9

FONTE: FIBGE/PNAD, 1981 e 1983.

TABELA 7
BRASIL E REGIÕES
 Crescimento Absoluto e Relativo dos Ocupados em Setores Não-organizados
 1981-1983

Variação e Regiões	Variação Absoluta (Em 1.000)			Tx. da Var. Média Anual (Em %)		
	Nordeste	Resto País	Brasil	Nordeste	Resto País	Brasil
Especificação						
Empregados s/CTA (exceto Const. Civil e Adm. Pública)	169,6	779,7	949,3	5,68	8,04	7,72
Conta Própria	172,9	561,6	734,5	4,71	6,10	5,70
Não-remunerados	73,5	55,2	128,7	21,11	6,12	10,29
TOTAL	416,0	1.396,5	1.812,5	5,77	6,94	6,63

FONTE: FIBGE/PAND, 1981 e 1983.

Região.* De fato, do incremento de 1.812,5 mil pessoas que engrossaram esse contingente entre 1981 e 1983, apenas 23% devem-se ao Nordeste.**

A análise por segmento revela que, à exceção dos não-remunerados onde o crescimento no Nordeste (21,1% a.a.) foi excepcionalmente alto durante o período, a expansão da ocupação entre os sem-carteira e conta-própria foi mais rápida no resto do país (8,04% e 6,1% a.a.) do que no Nordeste (5,68% e 4,71% a.a.), conforme se observa na Tabela 7.***

O rápido crescimento dos membros de família não-remunerados no Nordeste e a sua contribuição para o crescimento desse grupo no país (57%) indicam que as estratégias de sobrevivência que utilizam o trabalho familiar em unidades não-institucionalizadas de produção de bens e serviços foram bem mais intensas na Região do que no restante do país. Contudo, o contrário ocorreu com os autônomos e os empregados sem carteira.****

Os dados indicam claramente que ocorreu uma expansão significativa dos segmentos não-organizados nos mercados de trabalho do país como um todo. Indubitavelmente, a expansão da ocupação total se deve aos ajustes propiciados por esses mercados que funcionaram, espontaneamente, como mecanismo compensatório, sobretudo na ausência de qualquer legislação que protegesse o trabalhador desempregado. De fato, ocorreu um processo de "informalização" dos mercados de trabalho que foi geral, porém mais rápido no resto do país do que no Nordeste.***** Esses mercados funcionaram como "esponjas", absorvendo não só aqueles que foram expelidos dos seus postos de trabalho no setor organizado como também ocupando parte dos novos entrantes na PEA. O papel desempenhado por esses segmentos esclarece, por conseguinte, um aparente paradoxo propiciado pelo fato de a redução da atividade econômica ter sido simultânea a uma elevada taxa de expansão

* Ao se incluírem os trabalhadores da construção civil sem carteira de trabalho assinada no cálculo, a taxa de crescimento desses segmentos no Nordeste eleva-se para 16,3% ao ano, entre 1981 e 1983, mais do que o dobro do resto do país. De fato, ao se incluir esse contingente, a expansão dos empregados sem carteira no Nordeste passa de 5,68% a.a. para 24,14% a.a.

** Ao se incluírem os sem-carteira da construção civil, a participação do Nordeste eleva-se para 52,05%.

*** Ao se incluírem os sem-carteira da construção civil, apenas os autônomos se expandem mais rapidamente no resto do país do que no Nordeste.

**** Nesses casos, a contribuição do Nordeste para o crescimento total foi respectivamente de 23,5% para os autônomos e de 17,9% para os sem-carteira.

***** Esse fenômeno já tinha sido constatado para o Brasil como um todo em alguns trabalhos recentes. Ver Infante (10), Secretaria de Emprego e Salário (25) e Ministério do Trabalho (20).

na ocupação total. Ademais, permitiu que o crescimento desta última fosse próximo ao da força de trabalho.

Convém relevar que houve uma mudança na estrutura de posições na ocupação através do deslocamento dos empregados com carteira para a condição de autônomos, empregados sem carteira e mesmo pequenos empregadores.* Essas alterações na estrutura ocupacional da força de trabalho e na composição dos mercados de trabalho, propiciadas pela crise econômica e pela seca, representam um retrocesso no desenvolvimento dos mercados de trabalho, em termos de economia capitalista, à medida que o emprego e o assalariamento perdem importância relativa para outras formas de inserção dos indivíduos no aparelho produtivo e para outras modalidades de obtenção de renda.

Em suma, o Nordeste "informalizou" ainda mais o seu mercado de trabalho durante a crise, enquanto o resto do país, e a um ritmo maior do que na Região, teve ampliada a participação desses segmentos na composição dos seus mercados de trabalho.

Observados tanto a queda no nível de emprego nos setores não-agrícolas modernos quanto o papel compensatório exercido pelos setores não-organizados, cabe investigar qual foi o comportamento daquele segmento da força de trabalho que, não encontrando ocupação em nenhum dos seus segmentos, desembocou na condição de desemprego aberto. Na subseção seguinte, examina-se rapidamente o desempenho do desemprego aberto não-agrícola e suas principais características.

4.5. A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NÃO-AGRÍCOLA**

Os dados da PNAD constantes da Tabela 8 indicam que o número de desempregados abertos em todo o país aumentou, entre 1981 e 1983, de 2.023,1 para 2.474,2 mil, dos quais apenas um pouco mais de um quinto,

* Não foi possível separar na PNAD o grupo de pequenos empregadores do total de empregadores.

** O desemprego aberto será analisado com base nos dados da PNAD. Outra fonte de dados para o exame do desemprego aberto é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da FIBGE. Todavia, essa pesquisa só abrange, no Nordeste, as Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, não sendo representativas das demais áreas urbanas da Região. Ademais, a série mensal existente para o período junho/1980-abril/1982 não é comparável com a posterior a maio de 1982 devido à introdução de mudanças no conceito de procura de trabalho.

em ambos os anos, localizavam-se no Nordeste.* De fato, o grosso do desemprego aberto ocorreu, como era de se esperar, nas economias mais urbano-industriais do Sudeste-Sul que respondem por quase 80% do mercado formal de trabalho no Brasil. O Nordeste aumentou o seu contingente de desempregados de 439,3 mil para 520,1 mil no período, um incremento de 80,8 mil, cujo peso relativo na variação absoluta do nível de desemprego, para o país como um todo, foi de apenas 18%. A contribuição do resto do país, basicamente o Sudeste e o Sul, responde pelos restantes 82% do aumento.

É natural que as regiões onde se concentra a maior parte da atividade econômica moderna e que absorvem a fração maior da população economicamente ativa do País engajada em empregos formais tenham sofrido, com maior força, o impacto das políticas de estabilização. Estas políticas geram um impacto muito maior nas estruturas econômicas regionais mais avançadas do que nas menos desenvolvidas em consequência da sua mais ampla articulação com os mercados nacionais e internacionais e da sua maior dependência aos gastos governamentais e ao crédito. Não obstante estes fatores explicarem não só que a maior parte do desemprego ocorre nessas regiões (78%) mas que nelas também cresce mais rapidamente (11,08% a.a.), não tornam menos dramático, todavia, o fato de o Nordeste, com problemas crônicos da subutilização de sua força de trabalho, ter aumentado o seu contingente de desempregados à taxa média anual de 8,81% entre 1981 e 1983.

Como fração da PEA não-agrícola, os desempregados do resto do país aumentaram a sua participação de 5,88%, em 1981, para 6,78%, em 1983, e, pela sua representatividade no total nacional, conduziram a taxa brasileira de 5,92%, no primeiro ano, para 6,54%, no último. No caso do Nordeste, todavia, a taxa de desemprego não-agrícola declinou de 6,02% para 5,79%, no período, valores bem acima da média de 4,45% observada para a Região entre 1976 e 1979, segundo os dados das PNAD's anteriores.**

Essas taxas de desemprego para o Nordeste apresentam algumas distorções como decorrência da possível superestimação da PEA não-agrícola ao enumerar os trabalhadores das frentes de emergência como pessoal ocupa-

* Segundo a PNAD, o desemprego aberto é conceituado como procura ativa de trabalho, isto é, pessoas que na semana de referência da pesquisa estavam dispostas a trabalhar tendo para isso tomado alguma providência efetiva.

** Isto significa que as taxas de desemprego observadas para 1981 e 1983 são 35,2% e 30%, superiores, respectivamente, à média do período 1976-79.

TABELA 8
BRASIL E REGIÕES
Evolução do Desemprego Aberto Não-Agrícola
1981-1983

Regiões e Anos Especificação	Nordeste		Resto do País		Brasil	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983
1. Volume do Desemprego Aberto Não-agrícola (Em 1.000)	439,3	520,1	1.583,8	1.954,1	2.023,1	2.474,2
2. Participação no Brasil (Em %)	21,71	21,02	78,29	78,98	100	100
3. Participação na PEA Não-agrícola (Em %)	6,02	5,79	5,89	6,78	5,92	6,54
4. Variação Absoluta (em 1.000), entre 1983 e 1981	80,8		370,3		451,1	
5. Taxa de Crescimento Média Anual (em %), entre 1983 e 1981	8,81		11,08		10,59	

FONTE: FIBGE/PNAD, 1981 e 1983.

do sem carteira de trabalho da construção civil.* De fato, ao se subtrair da PEA não-agrícola do Nordeste esse contingente, em ambos os anos, a taxa de desemprego aberto eleva-se de 6,65%, em 1981, para 7,3%, em 1983, dado mais consistente com o ocorrido na economia regional durante o período.

* Esses contingentes eram, em 1981 e 1983, respectivamente, de 698 mil e 1.862,2 mil pessoas.

Por outro lado, na suposição de que: (i) todos os trabalhadores da construção civil sem carteira de trabalho assinada estavam engajados nas frentes de serviço; (ii) de que, na ausência dessas frentes, todo o contingente estaria desempregado, a taxa de desemprego aberto global (agrícola + não-agrícola) teria-se elevado de 9% em 1981 para 17,2% em 1983.* Este exercício releva que o papel desempenhado pelas frentes de emergência na Região foi o de evitar um maior impacto da seca sobre a subutilização da força de trabalho e o de minimizar as pressões que o contingente de pessoas deslocadas pelo fenômeno climático exerceria sobre os mercados de trabalho não-agrícola através das migrações.

Portanto, o desemprego aberto desempenhou também um importante papel no processo de ajustamento dos mercados de trabalho. Todavia, ele teve maior peso e cresceu mais rapidamente no resto do país, onde se concentra a parte mais significativa dos empregos modernos não-agrícolas, do que no Nordeste. Releve-se, entretanto, que a sua expansão na Região ocorreu a taxas nada desprezíveis, refletindo a desaceleração no ritmo da atividade econômica. Os seus efeitos foram somados aos da "informalização", conformando-se, desse modo, um cenário ainda mais marcante de subutilização da força de trabalho regional.

A prolongada estiagem, coincidente com a crise econômica, agravou ainda mais esse cenário. Entretanto, as frentes de emergência atenuaram impactos que seriam ainda mais dramáticos na sua ausência. De fato, ao absorver quase meio milhão de trabalhadores agrícolas deslocados pela seca bem como seus familiares, as frentes de trabalho reduziram as migrações campo-cidade e amenizaram a formidável pressão sobre os mercados de trabalho não-agrícolas.** Mesmo com todas as limitações decorrentes da sub-remuneração desses trabalhadores, do valor sócio-econômico das obras realizadas e das deficiências administrativas, essas frentes de trabalho evitaram um maior esgarçamento do tecido social nordestino.

* As características dos desempregados também se alteraram durante a crise. Os dados da PME/F.IBGE indicam que o desemprego a partir de 1982 começou a atingir mais intensamente os chefes de família e os que já tinham sido empregados anteriormente. Ver Ministério do Trabalho (23).

** Com a desmobilização das frentes de trabalho em 1984, numa época de escassez de crédito e sementes, e quando a lenta recuperação que se esboçava no Sudeste ainda não tinha chegado ao Nordeste, a pressão sobre os mercados de trabalho urbanos aumentou ainda mais, fato transparente na elevação das taxas de participação no primeiro semestre de 1984 para a Região Metropolitana de Salvador e Recife. Ver Ministério do Trabalho (21).

5. CRESCIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

A análise realizada nas seções precedentes evidenciou que os ajustes ocorridos nos mercados de trabalho do país, como uma resposta à crise econômica, foram substantivos. No caso do Nordeste, que teve o pico da crise econômica coincidindo com o ápice da seca, estes ajustes ocorreram com algumas características próprias. Todavia, deve ser ressaltado que certos mecanismos foram comuns a todo o país, embora tenha ocorrido a ritmos diferenciados em termos espaciais. Como fenômenos comuns mas com intensidades diferentes, cabe relevar o aumento do desemprego cíclico, a retração do nível de emprego moderno não-agrícola, o processo de "informalização" da força de trabalho e o desempenho compensatório do emprego público. Como fenômenos nordestinos, convém destacar a rápida transferência de força de trabalho de atividades agrícolas para não-agrícolas, motivada pela seca e o acelerado crescimento da PEA urbana.

O Nordeste teve de se ajustar, por conseguinte, a dois fenômenos amplamente desfavoráveis. O primeiro atingiu as atividades econômicas urbanas, transmitido diretamente à Região pelo impacto das políticas recessivas e, indiretamente, pela sua maior articulação aos centros do Sudeste que comandam a acumulação de capital e a expansão econômica em escala nacional. O segundo, desarticulou, mais uma vez, as atividades agrícolas da região semi-árida e penalizou severamente o emprego organizado nas empresas agropecuárias locais.

A resultante da ação conjunta desses dois fenômenos foi um considerável agravamento da qualidade de vida da força de trabalho, através de sua maior subutilização e sub-remuneração, e um marcante retrocesso no processo de modernização da economia regional que viu interrompido o seu crescimento e ampliada a sua heterogeneidade estrutural. Isto é, parte dos avanços obtidos como resultado dos esforços desenvolvimentistas realizados na Região, desde a década dos sessenta, tais como aumento da capacidade produtiva, expansão do emprego moderno não-agrícola e renda, foram comprometidos. Por outro lado, a crise, ao agravar as características estruturais, torna os desafios da política de desenvolvimento regional ainda mais difíceis de serem alcançados. Ademais, a permanência dos problemas básicos que motivaram a crise econômica e as políticas para seu controle não deixam antever uma melhoria da situação econômica em um horizonte de tempo curto.

Na verdade, ao longo de 1984, a economia brasileira teve melhor desempenho do que nos três anos anteriores.* Este melhor desempenho foi liderado pelo setor externo que assegurou uma rápida expansão das exportações — estimulada pela recuperação da economia norte-americana e pelo declínio na relação salário/câmbio — e uma contenção bem sucedida nas importações — graças aos resultados do programa de conservação energética e do programa de substituição de importações em bens de capital e insumos básicos iniciados ainda no período do II PND. A recuperação foi adquirindo contornos mais definidos ao longo do segundo semestre de 1984, tendo como epicentro a economia do Sudeste, sobretudo São Paulo. As repercussões desse crescimento já começaram a se fazer sentir, no Nordeste que, em 1984, também viu extinguir-se a seca iniciada em 1979.** Todavia, os problemas básicos que causaram todos esses choques e mudanças no curso do desenvolvimento brasileiro ainda se encontram presentes, embora atenuados pelo melhor desempenho das contas externas. De fato, a renegociação da dívida externa ainda não tem seus contornos definidos nem a política antiinflacionária alcançou resultados auspiciosos.*** A recuperação econômica iniciada em 1984 ainda não se caracterizou como um processo de **retomada** do desenvolvimento dado que o estrangulamento cambial e a persistência inflacionária atuam como severos limitantes a uma expansão mais permanente dos níveis de produto e emprego.

Todavia, as políticas de estabilização desses últimos quatro anos que tinham como objetivo sanar esses problemas impuseram um elevado custo social ao país que viu interrompido o seu processo de acumulação de capital e de expansão do produto e do emprego, com o conseqüente aumento do desemprego aberto e do subemprego, que foram acompanhados de perdas nos salários reais dos trabalhadores. Se esse quadro foi penoso para áreas mais desenvolvidas, como o Sudeste/Sul que não estavam isentas de graves problemas sociais mas que se encontravam bem mais à frente do que o Nordeste, para esta última Região os resultados foram ainda mais severos pelo caráter marcante e crônico de sua pobreza absoluta e relativa. A Região empobreceu ainda mais, nesses últimos anos, em conseqüência da crise econômica que encontrou e da seca como fator agravante.

* Estimativas preliminares indicam que o crescimento do PIB brasileiro em 1984 foi de 4,5%. No setor moderno do mercado de trabalho foram criados, ao longo de 1984, 412 mil empregos, representando um crescimento de 3,28% em doze meses. Ver Ministério do Trabalho (22).

** Previsão fornecida pela SUDENE indica que a economia nordestina poderá crescer entre 11 e 12%, em 1984.

*** A dívida externa brasileira em 30.06.84 foi de 97,2 bilhões de dólares. A taxa de inflação acumulada nos últimos doze meses, tendo como referência dezembro de 1984, atingiu 223,8%.

A moderna experiência de desenvolvimento, tanto na América Latina quanto no Brasil e suas regiões, especialmente o Nordeste, foi a de que o crescimento econômico é muito necessário porém insuficiente para reduzir substancialmente a subutilização da força de trabalho, destacadamente em sua manifestação como subemprego. Se tal princípio aplicava-se à experiência anterior a 1980, com muita propriedade ela é válida para o Brasil e, sobretudo, para o Nordeste no período pós-1980, quando os desequilíbrios externos e internos limitam a capacidade de crescimento econômico num contexto onde a heterogeneidade estrutural da economia se viu ampliada de forma significativa pelas circunstâncias e conseqüências da crise.

De fato, simulações realizadas para o Nordeste e o resto do país indicam que a reação da primeira, em termos de absorção de mão-de-obra, a aumentos na taxa de crescimento do produto é bem mais débil do que para as demais regiões brasileiras, sobretudo o Sudeste/Sul.* O exercício evidencia que o princípio da insuficiência do crescimento para atenuar a problemática do emprego é bem mais acentuado no Nordeste a menos que sua economia altere substancialmente a sua estrutura econômica de modo a gerar mais representatividade para o produto e emprego gerados nos setores não-agrícolas modernos. Na verdade, supondo-se que entre 1985 e 1988 o produto interno bruto brasileiro aumente o seu ritmo de expansão de 4,3% para 6,8% ao ano e que a elasticidade emprego-produto seja de 0,6 para o setor moderno não-agrícola (empresas), o incremento do desemprego aberto potencial em 1988, com relação a 1983, diminuiria de 860 mil para 710 mil pessoas no Nordeste e de 1.240 mil para 140 mil pessoas no resto do país. Dessa forma, observa-se uma discreta redução na variação do desemprego aberto para o Nordeste (-150 mil), que contrasta expressivamente com a encontrada para o resto do país (-1.100 mil). Isto é, o desemprego aberto do país é muito mais sensível do que no Nordeste. Por outro lado, a mesma simulação evidencia que a variação do excedente bruto de força de trabalho seria reduzida de 4,09 milhões para 2,98 milhões, no resto do país, e de apenas 2,52 milhões para 2,38 milhões, no Nordeste.** Observe-se que as variações no desemprego e nos excedentes são positivas, mesmo com crescimento econômico para todo o país. Todavia, são menores para o resto

* Essas estimativas encontram-se em um documento que sugere políticas de emprego e de rendas para o Brasil elaborado pelo Ministério do Trabalho em cooperação com o Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC). Ver Ministério do Trabalho (20:79-94). Tabelas 10-a a 10-f.

** O excedente bruto de força de trabalho não-agrícola é a diferença entre a PEA não-agrícola e a população ocupada no setor organizado do mercado de trabalho. Ver Ministério do Trabalho (20).

do país do que para o Nordeste quando o ritmo de crescimento do produto é aumentado. Portanto, o princípio da insuficiência do crescimento se aplica ao país como um todo mas é inquestionavelmente mais ostensivo no caso do Nordeste.

Feitas essas considerações, torna-se inevitável que, no caso do Nordeste mais do que no resto do país, a questão do emprego não seja abordada exclusivamente pela ótica da acumulação de capital e de crescimento do produto. Obviamente, crescer é fundamental, sobretudo se o estilo de crescimento afastar-se dos padrões históricos e procurar alcançar uma trajetória de expansão do emprego bem mais elevada do que a experiência recente tem demonstrado.* Todavia, além do crescimento em novo estilo, com uma nova índole, é necessário garantir a continuidade dessa expansão para evitar que choques, quer do lado da oferta quer da demanda, interrompam o processo de absorção de mão-de-obra pelos setores modernos não-agrícolas. Para isso, é necessária uma política de rendas que propicie mecanismos distributivos e de repartição de benefícios e custos que superem o caráter de excludência social que foi a característica destacada do estilo de crescimento anterior.

Porém, a experiência histórica e as características estruturais dos mercados de trabalho brasileiros e, sobretudo nordestinos, apontam que, mesmo crescendo em novo estilo e com uma repartição mais equilibrada dos benefícios e custos, a questão do emprego deverá exigir uma atenção especial para poder contemplar os ainda consideráveis excedentes da força de trabalho, sobretudo aqueles localizados nos setores não-organizados e não-institucionalizados. Isto é, será necessário que a política de desenvolvimento contemple, com especial atenção, esses segmentos do mercado de trabalho uma vez que sua magnitude, extensão e persistência não podem ser ignorados e exigem, por conseguinte, uma intervenção própria. De fato, estima-se que, em 1988, esses segmentos, mesmo que a economia brasileira cresça ao ritmo de 6,8% a.a. entre 1985 e 1988 e com uma elasticidade emprego-produto (0,6) superior à da expansão histórica recente (0,4), atinjam 5,57 milhões de pessoas no Nordeste, ou seja, 56% da PEA não-agrícola projetada para aquele ano.** Ademais, as projeções indicam que, no caso do Nordeste, em face da pequena sensibilidade do crescimento do emprego moderno não-agrícola à expansão do produto, será necessário, no curto prazo, ocupar

* Estas são diretrizes que constam do documento que sugere políticas de emprego e de rendas para o Brasil. Ver Ministério do Trabalho (20, 2, 3).

** Ver Ministério do Trabalho(20), Tabela 10-e, p.83.

emergencialmente contingentes da força de trabalho em programas de obras públicas e na conservação e reparação da infra-estrutura física como forma de reduzir o número de pessoas que, apesar do esforço do crescimento econômico e do papel compensatório exercido pelos setores não-organizados, ainda se encontrariam na condição de desocupação aberta nas áreas urbanas da Região.

Por último, cabe assinalar que tanto as políticas de desenvolvimento, nas suas dimensões global, setorial e social quanto a administração da política macroeconômica de curto prazo devem ser regionalizadas com o objetivo de atender às especificidades espaciais da economia brasileira e como forma de se alcançarem mais rapidamente as mudanças necessárias para ampliar as oportunidades de trabalho numa sociedade que teve recentemente reduzidos os seus postos de trabalho no contexto de um rápido crescimento de sua população economicamente ativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 01 – APPELBAUM, Eileen. The Labor market in post-keynesian theory. In **UNEMPLOYMENT and inflation: institutionalist and structuralist views**. s. 1, Michael Piore. White Plains: M. E. Sharp, 1979.
- 02 – BAER, Werner. **A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- 03 – CAIN, Glenn. The Challenge of segmented labor market theories to orthodox theory. **Journal of Economic Literature**. 15 (4), dez. 1976.
- 04 – CUNHA, Paulo Vieira da. A Organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. **Revista de Administração de Empresas**. 19 (1), jan./mar. 1979.
- 05 – FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- 06 – GARCIA, Norberto E. Absorción creciente con subempleo persistente. **Revista de LA CEPAL**, dez, 1982.
- 07 – GAUDIMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Editorial Estampa, 1977.
- 08 – GOMES, Gustavo M., OSÓRIO, Carlos & IRMÃO, José Ferreira. **Recessão e desemprego nas regiões brasileiras**. Recife, PIMES, 1985.
- 09 – GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Emprego no Nordeste: sugestões de políticas. **Revista Econômica do Nordeste**. 13 (3) : 459-544, 1982.
- 10 – INFANTE, Ricardo. Ajustes dos mercados de trabalho urbano e o desempenho aberto; situação e perspectivas. Brasília, 1984, (Mimeo).

- 11 — INTERNATIONAL LABOUR OFFICE — ILO. **Employment, incomes and inequality: a strategy for increasing productive employment in Kenya.** Geneva, 1972.
- 12 — JATOBÁ, Jorge org. **Emprego no Nordeste, 1950-1980: modernização e heterogeneidade.** Recife, Massagana, 1983. (População e emprego, 15).
- 13 — ————. **Política de preços de fatores, mudança tecnológica e absorção de mão-de-obra: o caso da indústria manufatureira do Nordeste Brasileiro.** Recife, PIMES/UFPe, 1977.
- 14 — KUZNETS, Simon. **Six lectures on economic growth.** New York, The Free Press, 1966.
- 15 — MARSHALL, Ray F.; KING, Allan G. & BRIGGS, Vernon Jr. **Labor Economics: wage, employment and trade unionism.** 4 ed. Homewood, Irwin, 1980.
- 16 — McNULTY, Paul. **The Origins and development of labor economics: A chapter in the history of social thought.** Cambridge, The MIT Press, 1980.
- 17 — MELO, Mário Lacerda de. **O Açúcar e o homem no Nordeste: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro.** Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1976.
- 18 — ————. **Proletarização e emigração nas regiões canavieiras de Pernambuco.** Recife, UFPe, 1976 (Mimeo).
- 19 — MOREIRA, Ana Amélia C. de Melo & MOREIRA, Morvan de Mello. **Dinâmica demográfica do Nordeste, 1960-1980.** *Revista Econômica do Nordeste*, 15 (4), out./dez., 1984.
- 20 — MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Brasil: recomendações para a formulação de políticas de emprego e rendas.** Brasília, 1985.
- 21 — ————. **Secretaria de Emprego e Salário. Conjuntura do emprego urbano.** Brasília, jan./jun., 1984.

- 22 — ————. Brasília, (9), dez., 1984.
- 23 — ————. **Política de estabilidade e emprego: o caso do Brasil, 1980-1984.** Brasília, 1984 (Mimeo).
- 24 — PIMES/UFPe. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro.** Recife, Massangana, 1984. v. 1-4.
- 25 — SABÓIA, João & TOLIPAN, Ricardo. **A Relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1985.
- 26 — SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo, Ed. Nacional, 1969.
- 27 — SOUSA, Aldemir do Vale; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. **Setor informal no Nordeste: significado e evolução recente.** Recife, PIMES, 1984. (Mimeo).
- 28 — SUDENE. **Desempenho da economia regional do Nordeste: 1981.** Recife, 1982.
- 29 — ————. ————: 1982. Recife, 1983.
- 30 — ————. ————. 1983. Recife, 1984.
- 31 — ————. **Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** 2. ed. Recife, SUDENE, 1967.
- 32 — ————. **Produto e formação bruta de Capital — Nordeste do Brasil — 1965-1981.** Recife, 1983.
- 33 — TOKMAN, Victor. **Las Relaciones entre los sectores formal e informal: una explicación sobre su naturaleza.** *Revista de La CEPAL.* Jan./jun., 1978.

Summary: The writer of the present work proposes himself to analyse the market work problems and of the employment, starting from the Northeast perspective, situating, however, the *Region in the context of the country's regional development* so that the structural conformation of the question be understood and its historical roots. However, the text centralizes its analysis in the 1981-83 period of the recent recessive cycle, once some adjustments were made in the work market and at the employment level resulting from the stabilization of policies and of the great drought that devastated the Region and that have not been studied yet. The recession impact induced by the *stabilization policies*, as well as the dramatic drought in the beginning of the 80's over the region and over the articulations of said drought with the Brazilian regional system, present characteristics that, by its nature and by its intensity, principally in terms of deepening the regional question, must deserve the attention of those who study the problems of development.

